

Lei Orçamentária vai enfrentar 'lobby'

BRASÍLIA — A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1991 passará por uma difícil negociação no Congresso Nacional. A determinação de uma forte contenção de gastos no segundo ano do Governo, especificada em dez pontos básicos da Lei, deverá sofrer muitas alterações, principalmente no que diz respeito a Estados e Municípios, segundo previsão da própria equipe econômica. O objetivo principal é conseguir no ano que vem um superávit de 1% do Produto Interno Bruto (PIB).

Para atingir essa meta, o Governo propõe, por exemplo, que as parcelas da dívida externa de Estados e Municípios — garantida pela União — a vencerem em 1991 não sejam mais financiadas pelo Tesouro Nacional. Em 1989, as negociações para reduzir a parte paga pelo Governo federal de 90% para 75% foram longas e delicadas. O lobby dos governos estaduais no Congresso era fortíssimo.

É certo que esse ponto da lei será alterado na Comissão Mista de Orçamento, incumbida de discutir e aprovar um substitutivo para a lei. Segundo o Secretário de Fazenda, Marcos Gianetti Fonseca, este é um fator fundamental para se chegar ao superávit de 1% do PIB. Mas ele negou que a questão seja inegociável.

Estão restritos os gastos com pessoal, que não poderão ter crescimento real em relação a 1990. Isso implica fim dos ganhos de produtividade do funcionalismo público.